

ACEF/1213/21037 — Relatório preliminar da CAE

Caracterização do ciclo de estudos

Perguntas A.1 a A.10

A.1. Instituição de Ensino Superior / Entidade Instituidora:

Fundação Minerva - Cultura - Ensino E Investigação Científica

A.1.a. Outras Instituições de Ensino Superior / Entidades Instituidoras:

A.2. Unidade(s) orgânica(s) (faculdade, escola, instituto, etc.):

Universidade Lusíada

A.3. Ciclo de estudos:

Arquitectura

A.4. Grau:

Mestre

A.5. Publicação do plano de estudos em Diário da República (nº e data):

<sem resposta>

A.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Arquitectura/Projecto

A.7.1 Classificação da área principal do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF):

5

A.7.2 Classificação da área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

58

A.7.3 Classificação de outra área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

581

A.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

300

A.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março):

5 anos

A.10. Número de vagas aprovado no último ano lectivo:

350

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento

Pergunta A.11

A.11.1.1. Condições de acesso e ingresso, incluindo normas regulamentares

Existem, são adequadas e cumprem os requisitos legais

A.11.1.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

As condições de acesso e ingresso são adequadas e cumprem os requisitos legais.

A.11.2.1. Designação

É adequada

A.11.2.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

A designação cobre uma formação que corresponde genericamente aos campos de saber que interessam ao quadro científico da Arquitectura, Urbanismo e Ordenamento do Território.

A.11.3.1. Estrutura curricular e plano de estudos

Satisfaz as condições legais

A.11.3.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

A estrutura curricular e o plano de estudos obedecem aos requisitos legais e são adequados à estratégia formativa adoptada.

A.11.4.1 Docente(s) responsável(eis) pela coordenação da implementação do ciclo de estudos

Foi indicado e tem o perfil adequado

A.11.4.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

O docente indicado tem um perfil académico adequado ao ciclo de estudos.

Pergunta A.12

A.12.1. Existem locais de estágio e/ou formação em serviço.

Não aplicável

A.12.2. São indicados recursos próprios da instituição para acompanhar os seus estudantes no período de estágio e/ou formação em serviço.

Não aplicável

A.12.3. Existem mecanismos para assegurar a qualidade dos estágios e períodos de formação em serviço dos estudantes.

Não aplicável

A.12.4. São indicados orientadores cooperantes do estágio ou formação em serviço, em número e qualificações adequadas (para ciclos de estudos de formação de professores).

Não aplicável

A.12.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A componente prática em ambiente profissional é da competência da Ordem dos Arquitectos, fora do âmbito da formação académica.

A.12.6. Pontos Fortes.

Nada a considerar

A.12.7. Recomendações de melhoria.

Nada a considerar

1. Objectivos gerais do ciclo de estudos

1.1. Os objectivos gerais definidos para o ciclo de estudos foram formulados de forma clara.

Sim

1.2. Os objectivos definidos são coerentes com a missão e a estratégia da instituição.

Sim

1.3. Os docentes envolvidos no ciclo de estudos, bem como os estudantes, conhecem os objectivos definidos.

Sim

1.4. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A formulação dos objectivos deste ciclo de estudos em arquitectura está bem elaborada e expressa não só no relatório de auto-avaliação como nos documentos de apresentação pública da instituição e, por maioria de razão, são do conhecimento generalizado dos docentes e dos estudantes.

1.5. Pontos Fortes.

Existe uma clara consciência dos objectivos do curso e da estratégia montada para os atingir, não só por parte dos docentes mas também pela generalidade dos estudantes.

1.6. Recomendações de melhoria.

Nada a considerar.

2. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

2.1. Organização Interna

2.1.1. Existe uma estrutura organizacional adequada responsável pelos processos relativos ao ciclo de estudos.

Sim

2.1.2. Existem formas de assegurar a participação activa de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão que afectam o processo de ensino/aprendizagem e a sua qualidade.

Sim

2.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

As competências e responsabilidades de cada interveniente no ciclo de estudos, bem como os processos de decisão, estão claramente definidos e são do conhecimento de todos. Estão assegurados os mecanismos de audição de docentes e estudantes sobre os processos de ensino/aprendizagem e sobre a sua qualidade.

2.1.4. Pontos Fortes.

A larga experiência de uma universidade com cerca de vinte e seis anos de experiência nestes processos, hoje completamente institucionalizados.

2.1.5. Recomendações de melhoria.

Os inquéritos aos alunos requerem opinião sobre a qualidade das aulas, o trabalho dos professores, as bibliografias, os recursos disponíveis. Importava que os inquéritos assumissem também a questão da formação integrada com vista ao cumprimento dos objectivos gerais do curso. E que os resultados destas avaliações retornassem à generalidade dos estudantes como conclusões gerais para melhoria dos processos de ensino.

2.2. Garantia da Qualidade

2.2.1. Foram definidos mecanismos de garantia da qualidade para o ciclo de estudos.

Sim

2.2.2. Foi designado um responsável pelo planeamento e implementação dos mecanismos de garantia da qualidade.

Sim

2.2.3. Existem procedimentos para a recolha de informação, acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos.

Sim

2.2.4. Existem formas de avaliação periódica das qualificações e competências dos docentes para o desempenho das suas funções.

Sim

2.2.5. Os resultados das avaliações do ciclo de estudos são discutidos por todos os interessados e utilizados na definição de acções de melhoria.

Em parte

2.2.6. O ciclo de estudos já foi anteriormente avaliado/acreditado.

Sim

2.2.7. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

O Departamento de Avaliação Institucional e Acreditação é o organismo desta universidade que conduz de forma sistemática os processos de acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos.

A Universidade Lusíada de Lisboa foi avaliada em 2009/2010 no âmbito do Programa de Avaliação Institucional, desenvolvido pela EUA (Associação Europeia das Universidades).

2.2.8. Pontos Fortes.

Nada a acrescentar.

2.2.9. Recomendações de melhoria.

Reforçar o envolvimento pró-ativo e exigente dos estudantes, dando-lhes "feedback" dos inquéritos e aceitando o seu desejo de participar.

3. Recursos materiais e parcerias

3.1. Recursos materiais

3.1.1. O ciclo de estudos possui as instalações físicas necessárias ao cumprimento sustentado dos objectivos estabelecidos.

Sim

3.1.2. O ciclo de estudos possui os equipamentos didácticos e científicos e os materiais necessários ao cumprimento sustentado dos objectivos estabelecidos.

Sim

3.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

As instalações são adequadas à leccionação deste ciclo de estudos e, em particular, são correctamente dimensionadas para o funcionamento das aulas práticas de projecto e os equipamentos correspondem às necessidades de boa leccionação do ciclo de estudos. Em particular, reconhece-se a qualidade e eficácia da biblioteca geral do campus (área principal e antigo Ar Líquido), onde funciona o ciclo de estudos.

3.1.4. Pontos Fortes.

A qualidade dos espaços completos de convívio e lazer contribui para o sentido de comunidade do corpo académico. Acrescenta, para os estudantes de arquitectura, o espaço 24 horas como um elemento de grande importância para a vivência colectiva e realização de trabalhos práticos em complemento das aulas.

3.1.5. Recomendações de melhoria.

Nada a considerar.

3.2. Parcerias

3.2.1. O ciclo de estudos estabeleceu e tem consolidada uma rede de parceiros internacionais.

Sim

3.2.2. O ciclo de estudos promove colaborações com outros ciclos de estudo dentro da sua instituição, bem como com outras instituições de ensino superior nacionais.

Em parte

3.2.3. Existem procedimentos definidos para promover a cooperação interinstitucional no ciclo de estudos.

Em parte

3.2.4. Existe uma prática de relacionamento do ciclo de estudos com o seu meio envolvente, incluindo o tecido empresarial e o sector público.

Sim

3.2.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

O ciclo de estudos promove diversas parcerias no âmbito do programa Erasmus, principalmente no que se refere ao intercâmbio de estudantes por períodos curtos (semestre ou anual), que é pouco efectiva ao nível do 3º ciclo. A cooperação interinstitucional acontece preferencialmente no universo das universidades Lusíada. Fora desse âmbito são citadas participações recíprocas em juris e colaborações ao nível das unidades de investigação.

São promovidas as relações com o meio exterior, nomeadamente com o tecido empresarial e o sector público.

3.2.6. Pontos Fortes.

Elemento muito positivo é o que decorre de protocolos com algumas entidades públicas, designadamente Câmaras Municipais, com os alunos a realizar trabalhos académicos nas zonas de intervenção das autarquias e constituindo por essa via um forte elemento de ligação institucional.

3.2.7. Recomendações de melhoria.

Recomenda-se o reforço das parcerias com outras instituições, nacionais e/ou estrangeiras, e acções de colaboração que possam significar intercâmbios mais intensos, nomeadamente envolvendo trabalho docente.

4. Pessoal docente e não docente

4.1. Pessoal Docente

4.1.1. O corpo docente cumpre os requisitos legais.

Em parte

4.1.2. Os membros do corpo docente (em tempo integral ou parcial) têm a competência académica e experiência de ensino adequadas aos objectivos do ciclo de estudos.

Sim

4.1.3. O número e o regime de trabalho dos membros do pessoal docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos.

Sim

4.1.4. É definida a carga horária do pessoal docente e a sua afectação a actividades de ensino, investigação e administrativas.

Sim

4.1.5. O corpo docente em tempo integral assegura a grande maioria do serviço docente.

Sim

4.1.6. A maioria dos docentes mantém a sua ligação ao ciclo de estudos por um período superior a três anos.

Sim

4.1.7. Existem procedimentos para avaliação da competência e do desempenho dos docentes do ciclo de estudos.

Sim

4.1.8. É promovida a mobilidade do pessoal docente, quer entre instituições nacionais, quer internacionais.

Não

4.1.9. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

O corpo docente próprio é de 73% e o corpo docente qualificado atinge os 49%, ou seja, valores tangenciais por defeito aos previstos na lei. Mas se quantificarmos os docentes especializados na área de formação (Arquitectura, Construção e Urbanismo - 580/581) é adequado em número, passando os 51%. É constituído maioritariamente por doutores e inclui 15 docentes que podem ser considerados especialistas.

4.1.10. Pontos Fortes.

A maioria dos docentes qualificados na área do ciclo de estudos é competente e está em regime de tempo integral, sendo a carga lectiva aceitável.

4.1.11. Recomendações de melhoria.

Há necessidade de equilibrar a composição do corpo docente e não parece que o critério possa ser o de contratar novos doutores para um corpo já muito numeroso, antes o de promover a progressão académica dos actuais não doutorados e colocá-los a tempo integral.

Constata-se a necessidade de um número muito elevado de docentes nas disciplinas de projecto,

pelo carácter prático e essencial de uma pedagogia que utiliza o treino assistido e que é composto em larga medida por assistentes arquitectos.

Esta estratégia implicaria uma muito maior racionalidade no elenco de unidades curriculares complementares e acessórias que, sem se contestar a sua importância relativa, eleva o número global de unidades curriculares e o número de docentes com baixas cargas horárias. Um exemplo, entre outros: é citado um professor a tempo inteiro (100%), a quem são distribuídas 60 horas teóricas no ano, que poderá corresponder a compromisso de 2 horas semanais.

4.2. Pessoal Não Docente

4.2.1. O pessoal não docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à leccionação do ciclo de estudos.

Sim

4.2.2. O número e o regime de trabalho do pessoal não docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos.

Sim

4.2.3. O desempenho do pessoal não docente é avaliado periodicamente.

Sim

4.2.4. O pessoal não docente é aconselhado a frequentar cursos de formação avançada ou de formação contínua.

Sim

4.2.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A estrutura de serviços está montada para servir a totalidade dos ciclos de estudo da Universidade Lusíada, com algumas unidades dedicadas especificamente a este ciclo de estudos. O pessoal não docente revela-se competente para assegurar o bom funcionamento da instituição.

É prática a avaliação do desempenho do pessoal não docente e é estimulada a actualização das suas competências.

4.2.6. Pontos Fortes.

É alta a dedicação de todos os funcionários adstritos ou com funções neste ciclo de estudos.

4.2.7. Recomendações de melhoria.

Nada a considerar.

5. Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem

5.1. Caracterização dos estudantes

5.1.1. Existe uma caracterização geral dos estudantes envolvidos no ciclo de estudos, incluindo o seu género, idade, região de proveniência e origem sócio-económica (escolaridade e situação profissional dos pais).

Sim

5.1.2. Verifica-se uma procura do ciclo de estudos por parte dos potenciais estudantes ao longo dos últimos 3 anos.

Em parte

5.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Existe uma quebra progressiva da procura por este ciclo de estudos nos últimos três anos. A instituição baixou o número de vagas no ano lectivo 2012/13, mas as candidaturas estão longe de atingir os níveis esperados.

5.1.4. Pontos Fortes.

Os colocados são candidatos em primeira opção e a nota média de entrada é boa, o que pode significar que os novos alunos foram directamente atraídos pela instituição e estarão determinados a prosseguir uma boa carreira.

5.1.5. Recomendações de melhoria.

A instituição não é imune à crise e, nessa medida, importa trabalhar por um alto nível das acções de comunicação e imagem, dando larga expressão pública às actividades de extensão cultural ligadas à disciplina da arquitectura.

5.2. Ambiente de Ensino/Aprendizagem

5.2.1. São tomadas medidas adequadas para o apoio pedagógico e o aconselhamento sobre o percurso académico dos estudantes.

Sim

5.2.2. São tomadas medidas para promover a integração dos estudantes na comunidade académica.

Sim

5.2.3. Existe aconselhamento dos estudantes sobre a possibilidade de financiamento e de emprego.

Sim

5.2.4. Os resultados de inquéritos de satisfação dos estudantes são usados para melhorar o processo de ensino/aprendizagem.

Sim

5.2.5. A instituição cria condições para promover a mobilidade dos estudantes.

Sim

5.2.6. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A universidade montou um conjunto de serviços e programas tendentes a apoiar a vida interna dos estudantes como apoio social directo nos casos de situações mais graves, complementos de bolsas de estudo em troca de alguma prestação de serviço, acompanhamento a candidaturas externas, aconselhamento sobre possibilidades de financiamento e mercado de trabalho.

É promovida a mobilidade dos estudantes através dos protocolos Erasmus.

5.2.7. Pontos Fortes.

A criação de um ambiente de confiança entre a instituição e os estudantes. As iniciativas do núcleo de estudantes de arquitectura no âmbito da extensão cultural são devidamente apoiadas pela direcção do ciclo de estudos.

5.2.8. Recomendações de melhoria.

Nada a considerar.

6. Processos

6.1. Objectivos de Ensino, Estrutura Curricular e Plano de Estudos

6.1.1. Estão definidos os objectivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) a desenvolver pelos estudantes e foram operacionalizados os objectivos permitindo a medição do grau de cumprimento.

Sim

6.1.2. A estrutura curricular corresponde aos princípios do Processo de Bolonha.

Sim

6.1.3. Existe um sistema de revisão curricular periódica que assegura a actualização científica e de métodos de trabalho.

Sim

6.1.4. O plano de estudos garante a integração dos estudantes na investigação científica.

Em parte

6.1.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

As competências que os estudantes devem desenvolver estão definidas a partir do plano pedagógico montado para a sequência dos programas. Inicia-se pela dimensão cultural e prática com debate e reflexão, segue a aquisição de instrumentos de projecto até aos índices superiores de treino

projectual ligado à realidade. A adequação dos conteúdos programáticos de cada unidade curricular é realizada anualmente antes do início do ano lectivo, afinando-se a coordenação horizontal no primeiro e quarto ano. Só a partir daqui se consolida o objectivo de integração dos estudantes na investigação científica.

6.1.6. Pontos Fortes.

A relação coerente na sequência dos projectos do primeiro ao último ano e o papel do coordenador de projecto no equilíbrio de trabalho entre as diferentes turmas.

6.1.7. Recomendações de melhoria.

Recomenda-se alguma atenção aos conteúdos programáticos das matérias que se afastam do núcleo coordenado, onde surgem repetições pouco compreensíveis (por exemplo, uma unidade curricular de teoria de arquitectura pode repetir, sem aprofundar, o programa de história de arquitectura que lhe corresponde no mesmo ano e semestre).

6.2. Organização das Unidades Curriculares

6.2.1. São definidos os objectivos da aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) que os estudantes deverão desenvolver em cada unidade curricular.

Sim

6.2.2. Existe coerência entre os conteúdos programáticos e os objectivos de cada unidade curricular.

Sim

6.2.3. Existe coerência entre as metodologias de ensino e os objectivos de cada unidade curricular.

Sim

6.2.4. Existem mecanismos para assegurar a coordenação entre as unidades curriculares e os seus conteúdos.

Sim

6.2.5. Os objectivos de cada unidade curricular são divulgados entre os docentes e os estudantes.

Sim

6.2.6. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Mais do que as competências a desenvolver, a coerência dos conteúdos programáticos ou as metodologias de ensino e de avaliação em cada unidade curricular, que são devidamente asseguradas, importa considerar a coerência entre cada unidade curricular e seus conteúdos à luz da estratégia pedagógica adoptada para a formação do arquitecto. Nesse aspecto, constata-se algum excesso de conteúdos à luz das sínteses necessárias em unidades curriculares menos ligadas à formação de base.

6.2.7. Pontos Fortes.

A coordenação que funciona nos dois níveis para a definição da filosofia de ensino, dois anos propedêuticos e três anos projectuais, procurando conter os excessos de conteúdos em relação ao tempo disponível para cada unidade curricular e o consequente excesso de trabalho e sobreposição de pedidos aos estudantes.

6.2.8. Recomendações de melhoria.

Pede-se um esforço de racionalização do plano de estudos, com menor número de unidades curriculares e maior concentração nas matérias que se considerem essenciais.

6.3. Metodologias de Ensino/Aprendizagem

6.3.1. As metodologias de ensino e as didácticas estão adaptadas aos objectivos de aprendizagem das unidades curriculares.

Sim

6.3.2. A carga média de trabalho necessária aos estudantes corresponde ao estimado em ECTS.

Sim

6.3.3. A avaliação da aprendizagem dos estudantes é feita em função dos objectivos da unidade

curricular.

Sim

6.3.4. As metodologias de ensino facilitam a participação dos estudantes em actividades científicas.

Em parte

6.3.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Em grande parte estas questões sobrepõem-se às tratadas no capítulo anterior. Pode dizer-se que as didácticas estão adaptadas aos objectivos de cada unidade curricular, mas importa testar, caso a caso, a sua adaptação à formação conjunta do arquitecto. As cargas de trabalho correspondem e até ultrapassam o estimado em ECTS e são muito bem aceites pelos estudantes quando incidem sobre o treino de projecto e sobre a formação de saberes operacionais para a profissão, mas por vezes inadequadas em unidades curriculares de formação complementar.

É nos anos finais que podem surgir as situações que facilitam a participação dos estudantes na investigação. Nos anos iniciais e propedêuticos esses aspectos são necessariamente circunstanciais.

6.3.6. Pontos Fortes.

A adequação e boa resposta dos estudantes à intensa solicitação de trabalho nas matérias relacionadas com a formação nas áreas de projecto.

6.3.7. Recomendações de melhoria.

Sendo considerada muito positiva a acção de coordenação horizontal e vertical montada pelos mecanismos de gestão e acompanhamento do ciclo de estudos, importa ganhar alguma autoridade sobre a adequação dos conteúdos programáticos de unidades curriculares que se assumem como autónomas. Naturalmente, sem interferir sobre a autonomia pedagógica e científica dos respectivos professores para tratar dos conteúdos acordados.

7. Resultados

7.1. Resultados Académicos

7.1.1. O sucesso académico da população discente é efectivo e facilmente mensurável.

Em parte

7.1.2. O sucesso académico é semelhante para as diferentes áreas científicas e respectivas unidades curriculares.

Não

7.1.3. Os resultados da monitorização do sucesso escolar são utilizados para a definição de acções de melhoria no mesmo.

Sim

7.1.4. Não há evidência de dificuldades de empregabilidade dos graduados.

Sim

7.1.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Existe natural insucesso nos primeiros anos do 1º ciclo, num curso onde a correcção vocacional apenas se pode realizar depois da frequência inicial do curso. Dada a natureza da formação, de tipo integrada, o aproveitamento nas unidades curriculares das áreas Científicas das Ciências Básicas e das Tecnologias, por desadequado e autónomo da compreensão da natureza específica da formação em arquitectura, revela-se frágil.

7.1.6. Pontos Fortes.

Os dados revelam que 91% dos graduados por este ciclo de estudos obtiveram emprego em sectores de actividade relacionados com a sua formação. Não há ainda evidência interna das dificuldades de empregabilidade dos graduados recentes, mas tal situação não corresponde ao panorama que se desenha para os próximos anos.

7.1.7. Recomendações de melhoria.

1) a reformulação dos conteúdos das unidades curriculares das áreas Científicas das Ciências

Básicas e das Tecnologias de modo a promover uma melhor integração dos conhecimentos adquiridos face às especificidades do processo de aprendizagem da área disciplinar da Arquitectura e visando as capacidades de diálogo com os profissionais afins.

2) uma reflexão do modelo de dissertação adotado dentro das várias opções que o quadro legal admite.

7.2. Resultados da actividade científica, tecnológica e artística

7.2.1. Existem Centro(s) de Investigação reconhecido(s), na área científica do ciclo de estudos onde os docentes desenvolvam a sua actividade.

Sim

7.2.2. Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, nos últimos 3 anos e na área do ciclo de estudos.

Em parte

7.2.3. Existem outras publicações científicas relevantes do corpo docente do ciclo de estudos.

Em parte

7.2.4. As actividades científicas, tecnológicas e artísticas têm uma valorização e impacto no desenvolvimento económico.

Em parte

7.2.5. As actividades científica, tecnológica e artística estão integradas em projectos e/ou parcerias nacionais e internacionais.

Em parte

7.2.6. Os resultados da monitorização das actividades científica, tecnológica e artística são usados para a sua melhoria.

Em parte

7.2.7. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A instituição desenvolve actividade reconhecida de investigação na área científica do ciclo de estudos, mas a adopção de práticas de investigação internacionalmente estabilizadas, concretizada em publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, é ainda relativamente baixa em função do número de docentes envolvidos. Quanto a outras publicações relevantes o panorama é mais positivo, com artigos, capítulos de livros ou comunicações de relevância nacional e internacional.

7.2.8. Pontos Fortes.

A instituição dispõe de recursos humanos e organizativos para a realização de investigação, de um Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design com classificação de Muito Bom e colabora com outros centros de investigação.

7.2.9. Recomendações de melhoria.

Deverá incrementar-se a reflexão disciplinar em arquitectura a um número mais alargado de docentes, quer através de estudos e trabalhos científicos que possam ser reconhecidos através de publicação de artigos em revistas internacionais com revisão por pares, quer através da participação em eventos internacionais de mérito. E, naturalmente, manter e reforçar as publicações próprias como a Revista de Arquitectura Lusíada, procurando promover-la dentro de um sistema de referenciação qualificado.

7.3. Outros Resultados

7.3.1. No âmbito do presente ciclo de estudos, existem actividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade ou formação avançada.

Sim

7.3.2. O ciclo de estudos contribui para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura

científica e a acção cultural, desportiva e artística.

Sim

7.3.3. O conteúdo das informações sobre a instituição, o ciclo de estudos e o ensino ministrado são realistas.

Sim

7.3.4. Existe um nível significativo de internacionalização do ciclo de estudos.

Em parte

7.3.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Existem actividades de prestação de serviços à comunidade de valor reconhecido. Por outro lado, na medida em que os profissionais formados participam na vida activa com eficácia e reconhecimento, existe contribuição significativa para o desenvolvimento. As actividades relacionadas com a prestação de serviços à comunidade nos planos tecnológico e artístico são qualificadas e reconhecidas.

O nível de internacionalização não é muito alto, com uma percentagem de alunos estrangeiros na ordem dos 4%. Já no que se refere à frequência no âmbito de programas de mobilidade recíproca de estudantes a percentagem atinge os 10%. Não é perceptível a existência de docentes de outras nacionalidades.

7.3.6. Pontos Fortes.

As actividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, ao nível da prestação de serviços à comunidade, constituem uma contribuição significativa para o desenvolvimento regional e local.

7.3.7. Recomendações de melhoria.

Impõe-se trabalhar no sentido de aumentar a percentagem de alunos de outros países a frequentar o ciclo de estudos, bem como recorrer aos protocolos existentes para promover o intercâmbio de docentes próprios com docentes de outras nacionalidades.

8. Observações

8.1. Observações:

Este mestrado integrado em arquitectura define-se como um curso de formação generalista respondendo às necessárias competências para o exercício da profissão de arquitecto, tal como é entendida no meio cultural português e no quadro da civilização ocidental. É uma estratégia comum aos outros cursos de arquitectura existentes em Portugal e corresponde a uma tradição consolidada, que o acordo de Bolonha veio confirmar nas suas linhas essenciais. Trata-se de uma filosofia que toma o projecto como base, com o qual colaboram outras áreas científicas seleccionadas. A arquitectura sustenta-se no desenho, na construção, na história e nos valores sociais que ordenam as estruturas urbanas. Compete aos estudantes construir a sua própria aprendizagem a partir das propostas de ensino, numa sequência temporal compreensível. Assume o princípio oficial na relação didáctica, promove a dimensão cultural e liga a prática à teoria, promovendo o debate e a reflexão crítica sobre o projecto, entendido como princípio de investigação.

Esta filosofia tem correspondência com a realidade. Para o sucesso desta estratégia impõe-se alguma racionalidade na organização curricular e na extensão dos programas ancilares que a sustentam.

8.2. Observações (PDF, máx. 100kB):

<sem resposta>

9. Comentários às propostas de acções de melhoria

9.1. Objectivos gerais do ciclo de estudos:

É reconhecida a coerência dos objectivos gerais, mas só se considera que seria importante atrair mais alunos e poder ter propinas concorrenciais com as dos cursos das Universidades públicas e que

seria importante uma maior divulgação do curso fora do país como forma de atrair alunos estrangeiros.

9.2. Alterações à estrutura curricular:

Não são propostas alterações à estrutura curricular.

9.3. Alterações ao plano de estudos:

Não são propostas alterações ao plano de estudos. Ainda assim, deveria considerar-se o número excessivo de unidades curriculares que compõem o plano, com alguns paralelismos e redundâncias.

9.4. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade:

É referida alguma dificuldade de implementação dos mecanismos de garantia de qualidade nos primeiros anos, atribuindo ao ensino secundário a culpa da inexistência desses hábitos. Também se refere a pouca regularidade da avaliação externa. São temas que nos parecem um pouco laterais para as eventuais limitações nestas matérias.

9.5. Recursos materiais e parcerias:

Considera-se que não existem debilidades que careçam de ser assinaladas quanto a recursos colocados à disposição do ciclo de estudos e, em relação às parcerias, a instituição propõe-se estimular os docentes, no sentido de aumentarem a sua participação nas parcerias existentes.

9.6. Pessoal docente e não docente:

É anunciada a criação de estímulos aos docentes para aproveitarem as hipóteses de mobilidade e de participação em projectos financiados com serviço ao exterior, como modo de estimular a actividade científica. Importaria acrescentar o estímulo para a progressão na carreira académica.

Nada é proposto no que se refere a pessoal não docente.

9.7. Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem:

É proposta a concessão de mais bolsas a estudantes carenciados. A proposta de criação de aulas extraordinárias ou cursos especiais para apoiar os alunos com maiores deficiências de preparação, pode ser uma contribuição positiva para o equilíbrio de aproveitamento escolar dos estudantes. Observa-se, no entanto, que por vezes as deficiências detectadas visam encobrir alguma incapacidade de comunicação dos docentes em matérias que pretendem ser altamente elaboradas.

9.8. Processos:

Propõe-se aumentar a visibilidade do curso no exterior e melhorar a comunicação sobre os seus processos de ensino. Vencer essas dificuldades de comunicação pode constituir, também, a melhoria de compreensão interna dos seus objectivos e métodos.

9.9. Resultados:

A instituição propõe-se reforçar, através do Gabinete de estágios, saídas profissionais e empreendedorismo, o acompanhamento da empregabilidade ao longo da vida profissional do antigo aluno. A capacidade de fazer reverter esse conhecimento para o interior do funcionamento do ciclo de estudos pode constituir um avanço na avaliação crítica dos processos internos e estímulo para os estudantes.

10. Conclusões

10.1. Recomendação final.

O ciclo de estudos deve ser acreditado

10.2. Fundamentação da recomendação:

Não é irrelevante a questão do cumprimento das normas que se referem à composição do corpo docente. Ainda que pareça injusto que um ciclo de estudos com objectivos claros e bem definidos, correctamente estruturado, de reconhecido mérito e bem enquadrado na universidade em que se integra, possa ser penalizado por essa circunstância. Neste caso parece evidente que a superação dos limites rígidos que a lei impõe implicará uma racionalização dos meios humanos postos ao serviço da docência e alguns reajustes positivos no plano de estudos. Reconhece-se que o défice quanto ao corpo docente próprio e ao corpo docente qualificado é mínimo e que o corpo docente especializado na área de formação cumpre a lei. Nestes termos propõe-se a acreditação do ciclo de

estudos, na convicção que os números sofrem oscilações frequentes no decurso de cada ano lectivo e se justifica um coeficiente de tolerância.